

A Inconfidência Baiana



*José de Sá Martins **

Resumo: Comunicação feita pelo autor na sessão do NEPHIM de 12 de agosto de 2003, na Casa Histórica de Deodoro, procura resgatar a importância da Inconfidência Baiana e o seu significado no processo de emancipação política do Brasil.

Palavras-chave: Inconfidência Baiana. Revolta dos Alfaiates.

Em 11 de agosto de 1998 (com a valiosa cooperação do Confrade Marcos Ribeiro Corrêa, que fez a leitura a este Plenário e com ele debateu) apresentamos, neste Instituto, uma Comunicação comemorativa do transcurso dos 200 anos da Inconfidência Baiana, a qual está publicada na sua revista referente ao ano de 1999.

Hoje, 12 de agosto de 2003, queremos, com esta nova comunicação, relembrar outros aspectos daquela conjuração para reverenciar a passagem dos 205 anos daquele episódio, tão pouco abordado e pouco enaltecido pelos nossos historiadores como, ao nosso ver, deveria ser, pelo que significou.

Página do antigo Ministério do Exército na Internet registra – numa sinopse histórica denominada *Sonhos de Liberdade* – a Inconfidência Baiana como um dos movimentos nativistas precursores da Independência, que envolveu integrantes do Exército da época. A História do Exército Brasileiro (Edição do Estado-Maior do Exército, em 1972) não examina em profundidade o episódio da Inconfidência Baiana, a ele fazendo apenas ligeiro registro, quando comenta a presença de Tiradentes e outros militares na Inconfidência Mineira, como “mais uma prova da identificação da força terrestre brasileira com as melhores aspirações da nacionalidade”, acrescentando: “A constância da participação de militares de terra nos movimentos precursores da nos-

* Coronel. Sócio titular do IGHMB.

sa Independência, se, de um lado, decorre da própria natureza da força terrestre colonial – o povo em armas – de outro nos mostra que seu seguimento regular ou profissional, o Exército de então, já não era uma classe ou uma casta perseguindo objetivos estranhos aos interesses supremos da nacionalidade nascente.” Observamos que, apesar de não aprofundar o assunto, é reconhecida a presença de militares na Inconfidência Baiana.

Diversos livros de História, e entre eles livros escolares, ignoram o assunto ou a ele apenas fazem breve referência, intitulando-o Revolução dos Alfaiates e o minimizando – dos alfaiates, porque dos quatro líderes da conspiração dois eram alfaiates.

O nosso confrade João Ribeiro da Silva, no seu livro *O Brasil Colonial e Imperial – revoltas e revoluções*, trata o assunto com a propriedade e desenvolvimento compatíveis com o objetivo da sua obra.

A Escola de Samba União da Ilha, em 1968, desenvolveu seu tema-enredo com base no movimento que ficou conhecido como A Revolução dos Alfaiates – o Carnavalesco chamava-se Nelson e a escola obteve o 11º lugar.

O estado da Bahia, na passagem dos 200 anos do episódio, promoveu exposições e conferências para homenagear os heróis que morreram em nome da República Bahiense.

Octávio Tarquínio de Souza, consagrado historiador, em uma comparação com a Inconfidência Mineira, registrou: “Bem mais modestas proporções teve ela, muito embora não deva ser esquecido seu caráter popular, dada a participação de tantos trabalhadores manuais e simples soldados.

O que não pode, porém, ser posto em dúvida é a influência no gorado surto revolucionário baiano dos ‘abomináveis princípios franceses’, como os tachou Dom Rodrigo de Souza Coutinho (autoridade portuguesa da época).”

O registro da História do Exército Brasileiro e o comentário de Octávio Tarquínio de Souza antecedem a divulgação das pesquisas de historiadores baianos que colocaram o assunto nos termos em que ele merece e deve ser considerado, como o fez o confrade João Ribeiro da Silva.

A *História da Inteligência Brasileira*, de Wilson Martins, publicada pela Editora da Universidade de São Paulo em 1977, no seu volume II (1794-1855), faz referência à “conspiração dos alfaiates” comentando que sobre ela “os nossos historiadores ainda não se puseram de acordo”, e leva em consideração os estudos dos pesquisadores baianos.

É certo que a Inconfidência Baiana não contava (pelo menos ao que se sabe até agora, pois é sabido que muitas pessoas que estavam envolvidas nas conversações evitaram ser identificadas com o movimento) com nenhum militar de maior patente do que tenente, mas tinha nela envolvidos diretamente soldados – o que, até o presente, desconhecemos sobre a Inconfidência Mineira. E como esta tinha, entre os envolvidos, pessoas de projeção social, como comerciantes, proprietários rurais, médicos e professores.

A sua grande motivação era, sem dúvida, a obtenção da liberdade, em todos os sentidos, e a igualdade de oportunidades para todos, sem qualquer distinção de cor

ou origem social, daí porque o movimento, que também pretendia implantar a forma de governo republicano, é ordinariamente apontado como a primeira reação de sentimento social no Brasil.

Dentre os conspiradores baianos, não foram identificados interesses ligados a dívidas financeiras, como foram presentes em relação a alguns inconfidentes mineiros (o problema da “derrama”) e mesmo entre alguns que lutaram contra a presença dos holandeses em Pernambuco, numa reação que determinou uma data para hoje comemorarmos o Dia do Exército.

Parece interessante a observação de que, em consequência da Inconfidência Mineira, vários foram condenados à pena capital, mas só um executado por ter assumido a responsabilidade pela conspiração – Joaquim José da Silva Xavier, um alferes. Os intelectuais e outros comprometidos com o movimento, inclusive os que tiveram a pena capital comutada, receberam no máximo pena de degredo em terras africanas.

Mas, pela responsabilidade na Inconfidência Baiana, foram condenados, executados na forca e depois esquartejados os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas do Amorim Torres, o alfaiate João de Deus do Nascimento (também cabo das milícias) e o aprendiz de alfaiate Manoel Faustino dos Santos Lira. Esses quatro, como o fizera Joaquim José da Silva Xavier, assumiram suas responsabilidades, procedimento que não teve a maioria dos processados. Um outro igualmente condenado, o ourives Luís de França Pires, conseguiu se evadir e nunca foi encontrado.

E assim é que, na então remodelada Praça da Piedade da Cidade do Salvador, em 8 de novembro de 1899, foram enforcados e a seguir esquartejados esses mártires brasileiros, tão heróicos e firmes nos seus ideais quanto Tiradentes, como assim revelam os autos do processo e cujos nomes, por justiça e por direito, a História do Brasil deve conservar e engrandecer: Santos Lira, Lucas Dantas, Luís Gonzaga e João de Deus.

A condenação à morte não atingiu diversos bem comprometidos (alguns até estiveram presos por longo tempo), que tinham situação social de maior nível; esses foram aqueles que juraram inocência, e um deles até protestou fidelidade e lealdade à Coroa de Portugal. O julgamento, conforme se vê dos autos, pareceu mais interessado em baixar o nível do movimento, descharacterizando-o como envolvendo as chamadas elites. Pode-se entender que a Inconfidência Mineira ainda estava muito presente e que Portugal não teve interesse em admitir a ocorrência, em tão pouco tempo, de outra rebelião com a mesma finalidade de independência. E acontecia que rebeliões de escravos em colônias nas Antilhas preocupavam pelo exemplo e algumas revoltas de escravos trazidos da África já tinham ocorrido na Bahia.

Os tenentes Hermógenes de Aguillar Pantoja – este sabidamente comprometido e que as pesquisas colocam no centro das articulações para o levante, e que até de certa feita teria sido advertido pelo seu comandante pelas suas idéias e comportamento – e José Gomes de Oliveira Borges ficaram muito tempo presos e foram con-

denados a um ano de prisão, pena essa que mais tarde foi reduzida para seis meses. O professor de Gramática Latina Francisco Moniz Barreto de Aragão foi condenado a açoites e banimento, porém acabou livre dos açoites e teve o banimento transformado em um ano de prisão. Outros mais sofreram penas idênticas e aqueles de melhor nível social posteriormente as tiveram reduzidas. Um irmão de Cypriano Barata – o negociante José Raimundo Barata de Almeida – foi degredado para a ilha de Fernando de Noronha por três anos. E Cypriano José Barata de Almeida, conhecido agitador e panfletário, mesmo tendo sido preso por longo tempo e sofrido o confisco da sua biblioteca (da qual constavam livros de filósofos franceses) e de outros bens, acabou absolvido com a argumentação de que tinha sido “mal-ouvido e mal-interpretadas as suas palavras nas suas conversas e discursos”, além de, depois, ter prestado juramento de fidelidade à Coroa. Cypriano José Barata de Almeida vai ser mais uma vez atuante durante o Primeiro Reinado e as Regências Trinas sendo que, em 1821, chega a integrar as Cortes de Lisboa. Sobre ele assim registra o *Lello Universal*: “Homem político brasileiro, natural da Bahia. As suas exaltadas idéias liberais e o seu caráter irrequieto fizeram-no passar na cadeia alguns anos de sua vida, que foi, além disso, cortada de vicissitudes.”

Durante o processo ficou comprovado que Cypriano Barata e o Tenente Pantoja tinham freqüentes encontros, dos quais também participavam o Professor Moniz Barreto, Manuel de Santa Anna, Luís Pires, Luís Gonzaga e Lucas Dantas (este fez, em

depoimento, graves acusações ao Tenente Pantoja, mas posteriormente teria se retratado). Um irmão do Tenente Pantoja (Pedro Leão de Aguillar Pantoja) também estava envolvido, mas sobre ele poucas referências foram feitas.

Trinta e três pessoas foram presas, mas a maior condenação, a que incidiu sobre dois soldados e dois alfaiates, definidos como os responsáveis pela tentativa de sedição, valeriam como terror político para os escravos, ex-escravos, soldados e artesãos da Cidade do Salvador e, ao mesmo tempo, desautorando investigações capazes de revelar pessoas importantes – os “homens de bem” – da Cidade do Salvador e do Recôncavo.

Pesquisas recentes levam a crer que, na tropa, o apoio seria completo, dado ao trabalho dos tenentes Pantoja e Oliveira Borges. Também a infiltração entre os homens de cor e artesãos de Salvador pareceu ter sido ampla. E as idéias pregadas ganharam os sertões levadas pelos comboios que para lá se dirigiam.

O trabalho da propaganda revolucionária tirava proveito da depressão econômica e financeira em que se encontrava a Colônia, em particular a Capitania da Bahia, e do caldo de cultura peculiar da Cidade do Salvador, ontem como hoje a cidade de maior concentração de negros fora da África. E acontecia que a Cidade do Salvador apresentava cenário ideal para transformar a efervescência existente na cidade em movimento de maiores dimensões: a riqueza dos comerciantes portugueses e dos proprietários rurais de um lado, e do outro, a miséria e a marginalização da maior parte dos habitantes.

Assim, as punições tinham que ser severas e não podiam deixar qualquer dúvida sobre a disposição da Coroa em reprimir qualquer veleidade de oposição a ela.

Dentre os 33 presos e processados, encontravam-se 10 brancos e 1 negro, sendo os demais (22) considerados pardos e distribuídos por diversas graduações. Dentre os mesmos 33, encontravam-se: 1 professor, 1 cirurgião, 1 carpinteiro, 1 pedreiro, 1 bordador, 2 ourives, 1 negociante, 3 oficiais militares, 6 soldados da tropa paga, 5 alfaiates e 11 escravos.

A expectativa dos conspiradores era contar com 676 companheiros para o desencadear da revolta, dentre eles 50 oficiais e mais de 300 soldados (da milícia e da tropa regular).

Na verdade, havia muito que as autoridades governantes tinham notícia da conspiração, mas não a levaram a sério, até que, em 12 de agosto de 1798, apareceram os boletins conclamando o povo à revolta, uma

iniciativa que, comprovadamente, foi precipitada. Aí então os governantes resolveram agir e começaram as prisões.

Do Tenente Pantoja foram confiscados 26 livros (a maioria seriam livros descrevendo viagens), 1 moleque, 1 escrava, 2 banquinhos de jacarandá, 1 mesa pequena, 3 cadeiras de campanha, 2 varas, 1 arca coberta de couro cru, 1 candeeiro pequeno de lata, 6 pratos, 5 xícaras, 1 bule pequeno, 2 copos de vidro e 1 cálice. De Cypriano Barata, além dos seus livros foram confiscados 5 escravos e, como mobiliário, 1 banca, meia dúzia de cadeiras, 1 tina, 1 leito velho, 2 baús, 1 estante para livros e 3 camas para pretos. (Interessante é comparar com a opulência dos revolucionários mineiros, como Inácio José de Alvarenga Peixoto, que tinha 57 escravos e serviços de prata.) Dos demais presos e processados, pouco se obteve com o confisco, pois eles, na verdade, pouco ou nada tinham.



BIBLIOGRAFIA

Referências básicas consultadas

Enciclopédia Mirador Internacional.

Grande Enciclopédia Delta Larousse.

História do Exército Brasileiro (EME-1972).

Inconfidência da Bahia, A – Devassas e Seqüestros (Publicação de arquivo).

Internet – páginas sobre o tema Inconfidência Baiana/Revolução dos Alfaiates.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império.*

Lello Universal.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. V. II.

MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates.*

QUADROS, Jânio, MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *História do Povo Brasileiro.*

RUY, Affonso. *Primeira Revolução Social Brasileira.*

SILVA, João Ribeiro da. *Brasil Colonial e Imperial – revoltas e revoluções.*

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil.*

TAVARES, Luís Henrique Dias. *As Idéias dos Revolucionários de 1798.*

———. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 – A conspiração dos alfaiates.*